

**CADERNO SÍNTESE
DAS DELIBERAÇÕES
DO IV CNP**

SUMÁRIO

Apresentação	3
Resoluções	5
I. Profissão	5
I.1. Avaliação Psicológica	5
I.2. Condições de Trabalho	6
I.3. Educação	7
I.4. Esporte	8
I.7. Psicologia: Ciência e Profissão	9
I.8. Psicologia Jurídica	10
I.10. Saúde	10
I.11. Terceiro Setor	11
I.12. Trabalho	12
I.13. Trânsito	13
II. Direitos Humanos	14
III. Políticas Públicas	18
III.1. Idosos	20
IV.2. Criança, Adolescentes e Família	20
IV.3. Educação	21
IV.4. Controle Social	21
IV.5. Mulher	22
IV.6. Segurança Pública	22
IV.7. Reforma Psiquiátrica	23
IV.8. Formação e Papel Social do Psicólogo	24
IV. Conselhos de Psicologia	24
IV.1. Divulgação da Psicologia	25
IV.2. Ética Profissional	25
IV.3. Estrutura e Funcionamento	26
IV.4. Fiscalização da Profissão	27
IV.5. Papel Social dos Conselhos	28
IV.6. Projeto História	31
IV.7. Especialistas	31
IV.8. Relações Internacionais e Institucionais	32
V. Formação	34
Moções	38

APRESENTAÇÃO

O IV Congresso Nacional da Psicologia, realizado em Brasília, nos dias 21 a 24 de junho de 2001, constituiu-se na instância máxima de deliberação dos Conselhos de Psicologia.

Em seu regimento encontramos definidos os seguintes objetivos:

- a) Promover a organização e a mobilização dos psicólogos do país para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão;
- b) Garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão ao mandato do Conselho Federal de Psicologia;
- c) Definir políticas nacionais referentes aos temas do Congresso a serem implementadas e / ou reguladas pelos Conselhos.

Precedido por vários eventos regionais, o IV CNP reuniu 197 delegados dos 15 CRPs e 217 teses sobre diversos aspectos da profissão, da organização dos Psicólogos e de sua participação na sociedade. São eles:

I - PROFISSÃO:

- I.1 Avaliação Psicológica
- I.2. Condições de Trabalho
- I.3. Educação
- I.4. Esporte
- I.5. Interfaces
- I.6. Práticas Emergentes
- I.7. Ciência e Profissão
- I.8. Psicologia Jurídica
- I.9. Psicologia Social
- I.10. Saúde
- I.11. Terceiro Setor
- I.12. Trabalho
- I.13. Trânsito

II - DIREITOS HUMANOS

III - POLÍTICAS PÚBLICAS

IV - CONSELHOS DE PSICOLOGIA

- IV.1. Divulgação
- IV.2. Ética
- IV.3. Estrutura e Funcionamento
- IV.4. Fiscalização
- IV.5. Papel Social
- IV.6. Projeto História
- IV.7. Especialista
- IV.8. Relações Internacionais e Institucionais

V - FORMAÇÃO

O Tema do IV CNP : “Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da Psicologia unificou o conjunto das propostas.

Os resultados do IV CNP estão reunidos em um conjunto de 66 teses aprovadas que são diretrizes para a ação dos Conselhos de Psicologia, nos próximos 3 anos.

Um caderno completo com a íntegra das deliberações e ata do IV CNP se encontra arquivado em cada Conselho Regional.

Esta apresentação sintética dos resultados tem a finalidade de fazer circular mais amplamente as diretrizes aprovadas.

Mesa Diretora do IV CNP

- Ana Mercês Bahia Bock – Presidente
- Marcos Ribeiros Ferreira – Secretário
- Adriana de Alencar Gomes Pinheiro – Secretária
- Fernanda Otoni de Barros– Relatora
- Sônia Cristina Arias Bahia – Relatora

PROFISSÃO

PROFISSÃO

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

- ◆ Esse conjunto de deliberações está guiado pela perspectiva de qualificação da Avaliação Psicológica, baseada em princípios éticos. A mobilização da categoria na busca do aprimoramento técnico e ético da Avaliação Psicológica; a reflexão crítica sobre as diferentes formas de uso e a qualidade dos instrumentos são elementos importantes nessa construção.

Encaminhamentos:

1. Que os Conselhos de Psicologia confirmem e implementem as prioridades deliberadas pela APAF, a partir das políticas e ações que foram indicadas e aprovadas pelo I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica.
2. Os conselhos devem manter essa discussão junto à categoria a partir de uma visão que contemple a multiplicidade, a diversidade e os conflitos originados nas constantes mudanças do mundo do trabalho e que influenciam na subjetividade, buscando estrategicamente fomentar diversos questionamentos que levam à crítica e a revisão dessa prática na área organizacional, tais como: identificação do que a Psicologia está realmente apta a avaliar; com quais objetivos a Psicologia avalia os trabalhadores; forma de utilização dos resultados; importância desses dados nas tomadas de decisão; implicações do uso de dados fora do contexto e não revistos periodicamente; utilização dos "perfis profissiográficos" como instrumentos por vezes indevidamente para a cristalização de preconceitos e estereótipos nas organizações; identificação e implicações do uso de instrumentos padronizados e não padronizados atualmente em uso sem validação científica.
3. Os Conselhos de Psicologia devem assumir um posicionamento claro e transparente junto ao público (através de uma inserção significativa na mídia), no sentido de esclarecer e informar a população sobre as possíveis interfaces das práticas psicológicas (devidamente reconhecidas) com outras áreas profissionais, fortalecendo-se, assim, a interdisciplinaridade.
4. Os Conselhos de Psicologia devem assumir mais ainda a defesa dos princípios fundamentais aos quais todos os profissionais estão submetidos, no sentido de divulgá-los aos usuários dos serviços psicológicos, em prol da defesa da qualificação e do reconhecimento social da profissão.
5. Que seja elaborada uma publicação nacional de orientação política para a avaliação psicológica, destacando incisivamente indicações que evitem o perigo de classificações e intervenções produtoras de exclusão e segregação social.
6. Constituir uma comissão nacional, com tempo definido para a realização do seu trabalho, visando à elaboração, edição e distribuição desta publicação a toda categoria .

7. Avaliar e consolidar as deliberações do I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica, das Comissões de Avaliação Psicológica, e dos Congressos Nacionais de Psicologia, de forma a produzir uma publicação orientativa para a classe, de forma a resguardar uma avaliação psicológica ética e técnica que não seja produtora de exclusão social. Manutenção de um espaço permanente de debate sobre o tema, na perspectiva apontada nesta tese.
8. Que em todas as etapas - construção, edição, comercialização e utilização dos instrumentos de avaliação psicológica sejam consideradas as características regionais.
9. Que seja estimulado o desenvolvimento de pesquisas nessa área, atendendo às necessidades regionais.
10. Reafirmar o encaminhamento dado pela APAF e pelo CFP, no sentido de adequar os instrumentos de Avaliação Psicológica em circulação no Brasil.

PROFISSÃO

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Esse conjunto de deliberações está guiado por diversas perspectivas.

- ◆ Expansão da oferta e da qualidade dos serviços psicológicos prestados à população.

Encaminhamentos:

Que os Conselhos de Psicologia informem a FENAPSI sobre as deliberações do IV CNP relacionadas a questões sindicais, as quais são dirigidas à qualificação das condições da prestação dos serviços profissionais psicológicos. Informe, também, sobre a disposição de atuar de forma articulada em iniciativas referentes às seguintes proposições:

- a. no acompanhamento do projeto de lei de estabelecimento de piso e jornada de trabalho dos psicólogos;
- b. na atualização de lista referencial de honorários a ser praticada em níveis nacional e regionais;
- c. nas negociações junto às empresas de convênios de saúde;
- d. no desenvolvimento de pesquisa de mercado de trabalho em políticas públicas e outras áreas emergentes/novas;
- e. nas lutas pela realização de concursos públicos e criação de cargos de psicólogos nas diferentes áreas de Políticas Públicas;
- f. no debate sobre empreendimentos da economia solidária;
- g. nas iniciativas do movimento sindical (SINDICATOS/FENAPSI), no estabelecimento de parâmetros trabalhistas, pesquisas de mercado e projetos de lei que desenvolvam e qualifiquem as práticas de trabalho.

- ◆ Engajamento dos psicólogos na construção de programas de ressocialização no Sistema penitenciário.

Encaminhamentos:

Promover eventos, foruns e outros debates; informar, subsidiar e socializar a prática dos psicólogos no sistema penitenciário.

- ◆ Maior clareza das especialidades no Catálogo Brasileiro de Ocupações.

Encaminhamentos:

1. Enviar ao Ministério do Trabalho disponibilidade do CFP em produzir texto do item Psicologia do CBO.
2. Tornar conhecida no Ministério do Trabalho a Resolução N° 02/01, que trata dos especialistas em Psicologia.

PROFISSÃO

EDUCAÇÃO

- ◆ Esse conjunto está guiado pela perspectiva de qualificação da inserção da Psicologia e do Psicólogo na educação, de modo a garantir serviços que contribuam para a melhoria da educação em geral, defendendo a inclusão, acesso e permanência de todos na escola.

Encaminhamentos:

1. Continuar promovendo espaços de encontros para qualificação do profissional psicólogo visando a delinear as possíveis formas de atuação na Educação.
2. Indicar para a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia a realização de intercâmbio na forma de encontros, debates e seminários, procurando estabelecer relação mais estreita entre a formação e a prática profissional, de forma crítica e visando ao compromisso social da psicologia. Oferecer apoio para a realização desses eventos.
3. Divulgar junto à população e às instituições escolares o conteúdo dos debates para que estas tenham claro a diversidade do campo de atuação do profissional psicólogo na Educação.
4. Incentivar e apoiar a participação institucional do psicólogo nos Conselhos de Educação, em consonância com o movimento social.
5. Produzir materiais e eventos visando a contribuir para que a perspectiva cidadã possa ser cada vez mais incorporada pela escola.
6. CFP e CRPs. devem desenvolver gestões no sentido de influenciar na construção de políticas educacionais e de legislação para a área.

7. Divulgar, por meio dos canais de comunicação do sistema conselho, reflexões e práticas em psicologia escolar/educacional que reflitam a análise crítica dos temas que permeiam o cotidiano escolar.
8. Intensificar ações em parceria com as escolas e entidades representativas visando a estabelecer um conhecimento aprofundado da situação descrita acima, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.
9. Constituição de um fórum de Psicologia da Educação no sistema conselho que trace diretrizes para a atuação do psicólogo na área.
10. Fortalecer os fóruns de educação já existentes na sociedade civil.
11. Elaborar uma emenda à L.D.B. que inclua o psicólogo como profissional da educação e produzir mobilização nacional para sensibilizar os parlamentares.
12. Elaborar projeto de Lei que garanta o psicólogo nas equipes multidisciplinares da educação.
13. Ampliar a participação do psicólogo nos órgãos de controle social, atuando na definição de políticas públicas para a educação.
14. Promover formas de reflexão sobre o papel e inserção da Psicologia no ensino médio.

PROFISSÃO

ESPORTE

- ◆ Busca-se a expansão da atuação em Psicologia garantindo práticas éticas e qualificadas. Enfatiza-se nos exemplos a Psicologia do Esporte.

Encaminhamentos:

1. estimular a realização de eventos, links na internet, seminários e encontros para intercâmbio nacional e internacional que fortaleçam as práticas de atuação da Psicologia, como Psicologia do Esporte, por exemplo, como ciência e profissão, articulando com os demais profissionais envolvidos com a área.
2. recomendar junto à ABEP a inclusão das práticas de atuação da Psicologia, como a Psicologia do Esporte, na proposta curricular de cursos de graduação e pós-graduação nas diversas agências formadoras, em nível nacional.
3. favorecer a constituição de grupos de trabalho interdisciplinares e inter-institucionais em práticas de atuação da Psicologia, Psicologia do Esporte, por exemplo, que discutam e orientem a prática cotidiana.
4. formar um grupo de trabalho para fomentar a expansão e o aperfeiçoamento da prática e do ensino de diferentes práticas em Psicologia.

PROFISSÃO

PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

- ◆ Busca-se o avanço na construção da ciência psicológica, superando os sectarismos, a fim de que se produzam novas possibilidades de uma prática profissional comprometida com as reais necessidades da população brasileira e uma profissão que possa alimentar a produção de conhecimentos.

Encaminhamentos:

1. Reunir, em eventos, a Psicologia como ciência e como profissão, permitindo a reflexão crítica da integração das teorias e das práticas na construção de respostas para as necessidades sociais;
2. Organização de eventos, encontros ou outras formas coletivas, contando com a presença de diversos profissionais de diferentes linhas teórico-práticas, para discussão de questões urgentes e atuais;
3. Ampla divulgação junto à categoria do material obtido, a partir dos debates, a fim de que os CRPs e CFP possam ser uma das referências para a construção de um novo compromisso da Psicologia com a sociedade brasileira;
4. Reunir entidades de Psicologia que representem linhas e abordagens teóricas distintas para um trabalho coletivo em prol de uma Psicologia de qualidade, ética e com uma perspectiva cidadã.
5. Propor, realizar e apoiar eventos coletivos das diversas entidades da Psicologia, fortalecendo o Fórum Nacional de Entidades.

PROFISSÃO

PSICOLOGIA JURÍDICA

- ◆ Busca-se o engajamento dos psicólogos da área através de debates que relacionem justiça, segurança e cidadania.

Encaminhamentos:

1. Realizar um Fórum Nacional Psicologia, Justiça, Segurança e Cidadania de caráter consultivo para discutir a inserção e atuação do psicólogo nesta área.
2. Propor à ABEP que se busque a inclusão de matérias nos currículos das universidades referentes à área de psicologia forense.
3. Propor a formação de uma comissão interdisciplinar com vistas a estudar as alterações dos artigos pertinentes à atuação do psicólogo no Código de Processo Civil e Penal, assim como qualquer mudança de legislação na área.

4. Que o sistema Conselhos promova um amplo debate sobre o sistema penitenciário brasileiro e suas relações com a Psicologia numa direção marcada pela cidadania e respeito aos direitos humanos, tendo como referência uma preocupação com as discussões sobre a modificação da lei de execução penal.

PROFISSÃO

SAÚDE

Um conjunto de perspectivas guia esse aspecto.

- ◆ Inserção do psicólogo nos serviços da saúde privilegiando atuação multiprofissional e um olhar abrangente sobre o processo de adoecimento.

Encaminhamentos:

1. Gestões junto ao Ministério de Saúde, às Secretarias Estaduais e Municipais, no sentido de implantar a rede substitutiva de saúde mental.
 2. Atuar junto aos serviço público por meio de ações conjuntas e troca de informações, incluindo ouvidoria técnica.
 3. CFP e CRP's, juntamente com entidades representativas da categoria, deverão fazer gestões políticas junto ao Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, visando ao cumprimento das portarias que prevêm a contratação de psicólogos na rede pública de saúde e na rede credenciada junto ao SUS.
 4. Conselho Federal, junto com a FENAPSI, deverá desenvolver gestões junto ao Ministério da Saúde, de modo a viabilizar a inclusão dos serviços de psicologia nos convênios.
 5. Que o CFP, juntamente com FENAPSI, proponha e encaminhe ao Ministério da Saúde que incluam nos Manuais do S.U.S. novos procedimentos em relação ao trabalho do psicólogo nas Instituições de Saúde Hospitalar, contemplando o atendimento ao leito de enfermaria, U.T.I. e pronto-socorro.
 6. Atuar junto ao Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde, Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde desenvolvendo ações no sentido de discutir a participação do psicólogo no PSF.
- ◆ Cumprimento das Portarias do Ministério da Saúde e Leis da Reforma Psiquiátrica na busca permanente de acompanhamento e implantação da rede substitutiva em nível nacional.

Encaminhamentos:

1. Apoiar e fortalecer o movimento da luta antimanicomial, reconhecendo-o como Fórum que agrega profissionais, usuários, familiares e entidades da sociedade civil.

2. Desenvolver ações que visem a implantar e acompanhar a aplicação da Lei Paulo Delgado, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

◆ Defesa do SUS.

Encaminhamentos:

Que o CFP e os CRP's proponham foruns de debate, com a participação de outros Conselhos, entidades e movimentos sociais para discussão referente à defesa do SUS.

PROFISSÃO

TERCEIRO SETOR

- ◆ Busca-se o debate e a participação dos psicólogos no fortalecimento dos mecanismos de controle social para que fiscalizem e avaliem o desempenho das ONGS, entidades filantrópicas, associações beneficentes, cooperativas de trabalho, fundações etc... Busca-se ainda garantir que a participação dos Psicólogos em projetos desse tipo seja voltada para o seu fim, criando oportunidades e objetivos para o compromisso social.

Encaminhamentos:

1. Incentivar o controle social dos serviços prestados à população pelo terceiro setor.
2. Estimular a abertura de espaços de debate entre psicólogos que atuam no terceiro setor.
3. Participar do processo do controle social, através da representação nos fóruns competentes.
4. Investigar a ocorrência crescente de trabalho voluntário, no sentido de caracterizar as diferentes situações em que ocorrem, levantar dificuldades e problemas a fim de intervir para que a atuação nesse campo não despreze princípios éticos, de qualidade e de compromisso social da profissão.

PROFISSÃO

TRABALHO

Busca-se:

- ◆ A ampliação do campo de atuação do Psicólogo no mundo do trabalho.
- ◆ O preparo dos Psicólogos para diagnosticar e intervir em situação de sofrimento psíquico e doenças mentais e físicas relacionadas ao trabalho.
- ◆ Qualificação da intervenção do Psicólogo nessa área.
- ◆ Redefinição do campo de atuação do Psicólogo Organizacional promovendo uma mudança do seu papel no mundo do trabalho.

Encaminhamentos:

1. Os Conselhos devem auxiliar na formulação de um projeto de lei a ser encaminhado à Câmara dos Deputados com o apoio da ONS para alteração da NR 7 (Norma reguladora de Segurança no Trabalho) para a inclusão dos psicólogos como membros obrigatórios do SESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho).
2. Os Conselhos devem continuar promovendo discussões que contemplem a relação direta que deve haver entre a formação e a atuação profissional, bem como reflexões acerca do papel social do psicólogo.
3. Os Conselhos devem continuar focalizando as interfaces entre o psicólogo organizacional e do trabalho a outras frentes de atuação de outros psicólogos no mundo do trabalho, assim como de outras profissões.
4. Gerir junto ao Ministério do Trabalho a inserção do psicólogo na equipe de Segurança do Trabalho, conforme as NR 4 e NR 17.
5. Divulgar artigos, teses sobre este tema, junto aos psicólogos.
6. Mobilizar ações junto aos parlamentares visando o respaldo legal.
7. Os Conselhos de Psicologia incentivarão a interlocução com as centrais sindicais e SBPOT (Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho).
8. Os Conselhos Regionais e o CFP promoverão seminários para qualificar as discussões na área de saúde do trabalhador.
9. Os Conselhos e Fórum de Entidades deverão promover a construção de um fórum permanente de discussão sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho.
10. Os Conselhos de Psicologia devem encaminhar à ABEP sugestões de diretrizes às universidades quanto à formação do psicólogo nas áreas Organizacional e do Trabalho.
11. Organizar seminários para discutir a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho em um mundo globalizado, em uma perspectiva do trabalhador e da organização.
12. Continuidade do trabalho de mobilização dos profissionais ampliando a ênfase da importância de divulgar o que é feito e produzido pelos profissionais.
13. Manutenção da política do Conselho de se fazer presente e de participar de todos os eventos que dizem respeito à profissão.
14. Os Conselhos devem realizar ações que possibilitem obter informações detalhadas e atualizadas por região, bem como o perfil desses profissionais, para ampliarmos e definirmos novas formas de atuação neste segmento e em outros.

15. Os Conselhos, em parceria com a ABEP e a FENAPSI, incentivarão pesquisas sobre a atuação dos psicólogos.

PROFISSÃO

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO

Busca-se:

- ◆ uma Psicologia comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e inserida no planejamento do espaços urbanos, assim como atuando no campo da prevenção e educação para o trânsito.
- ◆ Uma qualificação das práticas existentes.
- ◆ Incentivo a inclusão do estudo da Psicologia Ambiental, abrangendo trânsito, tráfego e transporte na formação dos Psicólogos.

Encaminhamentos:

1. Conscientizar os profissionais psicólogos e a sociedade sobre outras possibilidades de intervenção na área.
2. Os Conselhos de Psicologia deverão procurar parcerias com outros Conselhos, ONG's e demais entidades do setor e desenvolver atividades de conscientização sobre a segurança do trânsito, do tráfego e do transporte, relacionando-a com o respeito à cidadania, à não exclusão social e à não discriminação, ao respeito ao meio ambiente à diversidade e à subjetividade humana.
3. Os Conselhos de Psicologia deverão fazer gestões junto a ABEP no sentido da introdução do estudo da psicologia ambiental como forma de qualificação da formação profissional.
4. Os Conselhos de Psicologia deverão apoiar as Instituições de Ensino Superior (IES) que incluam em seu currículo a disciplina Psicologia Ambiental.
5. O Conselho Federal de Psicologia deverá fazer gestões junto ao MEC no sentido de efetivação desta matéria em todos os níveis de ensino (educação infantil à Universidade) em todas as escolas brasileiras.
6. O Conselho Federal de Psicologia deverá propor parcerias com outros Conselhos e com a sociedade civil através de ONG's neste sentido.
7. Ratificar a política da APAF para o tema da circulação humana (campanha de informação à população sobre a obrigação de o Estado de organizar de forma humana a circulação das pessoas, seminário sobre atuação de psicólogos na área, etc).

8. Diante de situações de acidentes ou fenômenos de trânsito, tráfego e transporte com alguma consequência e/ou impacto na sociedade, o Sistema Conselhos de Psicologia deverá se manifestar publicamente em caráter de protesto e/ou denúncia.

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

O trabalho dos Conselhos de psicologia deverá buscar:

- ◆ A inserção da Psicologia nas questões relativas aos povos indígenas brasileiros contribuindo para o fortalecimento das diversas etnias e trabalhando na defesa dos direitos humanos e civis.

Encaminhamentos:

1. Promover Fórum Nacional da Psicologia com o tema Povos Indígenas.
 2. Encaminhar para o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia a necessidade de fortalecer os estudos sobre a questão indígena. Ampliar a discussão sobre as possíveis formas de intervenção / pesquisa junto aos povos indígenas nos cursos de Psicologia, garantindo enfoques interdisciplinares.
 3. Estimular a participação da categoria nos órgãos de planejamento, formulação e execução de políticas voltadas para a questão indígena.
 4. Tornar disponível à categoria, no site do CFP, divulgação das pesquisas, artigos e material científico já existente sobre o tema.
 5. Participação dos CRP's nos fóruns nacionais e regionais sobre os povos indígenas.
 6. Fortalecer a interface da Psicologia com o campo de estudo da Antropologia, bem como o de outras categorias profissionais e a sociedade civil, na discussão da questão indígena, sugerindo novas propostas de atuação.
 7. Análise, pelas Comissões de Direitos Humanos dos CRP's e CFP, articulados com os órgãos de defesa e organizações indígenas, das questões referentes à violação desses direitos e divulgação junto à sociedade.
 8. Prêmio Monográfico, com incentivos à discussão e produção de trabalhos (política de incentivo).
 9. Incluir a temática indígena nos diferentes encontros de Psicologia.
- ◆ A ampliação da inserção da categoria em fóruns de controle social e movimentos sociais buscando transformar e qualificar a prática profissional, através da troca com outros saberes.

Encaminhamentos:

1. Mapear os psicólogos que atuam ou participam de fóruns de controle social, movimentos populares e sociais e instituições públicas.

2. Promover seminários, debates e conferências que permitam a democratização de informações, favorecendo a qualificação do exercício profissional em projetos públicos dos quais a psicologia participa.
 3. Intensificar ações em parceria com movimentos sociais pela defesa da Reforma Psiquiátrica e implantação de rede de atenção aos portadores de sofrimento psíquico substitutivos ao manicômio.
 4. Participar ativamente de eventos e movimentos em defesa dos direitos da criança e do adolescente consolidados pelo ECA.
 5. Defender a manutenção da idade penal estabelecida pelo ECA e Constituição Federal.
 6. Participar e criar fóruns de representantes dos profissionais da área da saúde em âmbito estadual; ex: FENTAS.
 7. Estimular a criação de novas câmaras técnicas (criança e adolescente, meio ambiente, população de rua, etc.) no âmbito dos Conselhos.
 8. Promover a participação dos psicólogos nos conselhos paritários (Ex: Conselho de defesa dos direitos da criança, conselhos de saúde, etc.).
 9. Estimular maior inserção do psicólogo junto aos órgãos envolvidos com o atendimento de crianças e adolescentes na busca da garantia de seus Direitos Humanos.
- ◆ Aprofundar o debate dos aspectos éticos e do compromisso social da Psicologia nas organizações, no sentido de interferir nos processos de exclusão segmentada (negros, idosos, mulheres, pessoas portadores de deficiência, homossexuais, etc...); que os métodos psicológicos não sejam utilizados para reforçar preconceitos e estereótipos contra grupos minoritários. Fornecer elementos para a reflexão sobre a responsabilidade social do psicólogo organizacional na relação entre trabalhadores e empregadores

Encaminhamentos:

1. Os Conselhos devem continuar fortalecendo as ações que visem a garantir os direitos humanos no mundo do trabalho, promovendo discussões junto à categoria sobre: a presença de preconceitos e estereótipos no trabalho do psicólogo organizacional; no conhecimento da História da Psicologia no Brasil e sua relação com raça e gênero e outros; na responsabilidade social das empresas e em reflexões críticas sobre os projetos de diversidade que vêm sendo implantados nas organizações brasileiras.

2. Os Conselhos devem continuar investindo nos eventos, na produção e na publicação de textos e artigos, para agilização da divulgação mais ampla do assunto, visando a garantir a igualdade de oportunidades e conseqüentemente a inclusão no trabalho com qualidade.
 3. Investir e apoiar pesquisas junto à categoria para a formulação de novas formas específicas de atuação desta entidade no campo da garantia dos direitos humanos no mundo do trabalho.
 4. Os Conselhos, em conjunto com a ABEP, devem insistir nas sugestões às universidades no que diz respeito a acrescentar no currículo escolar o estudo dos Direitos Humanos nas universidades; no sentido de discutir a formação prática e teórica; na criação de núcleos de pesquisas nas universidades em questões como: direitos humanos; na inclusão social, gênero, raça, sexualidade, idade, pessoas portadoras de deficiência e outros; que as universidades criem e supervisionem estágios nas organizações que implementem projetos que realmente garantam os direitos humanos no mundo do trabalho.
 5. Lutar por uma maior autonomia do psicólogo organizacional na definição de perfis profissiográficos, buscando diminuir o preconceito nos resultados dos processos seletivos.
- ◆ Vínculo com a luta contra o rebaixamento da idade penal, pela total implementação do ECA e pela priorização de políticas públicas na área da infância e adolescência e neste sentido contribuir na transformação da sociedade em que vivemos.

Encaminhamentos:

1. Os Conselhos devem articular com ONGs, órgãos públicos, personalidades e movimentos sociais, campanhas contra o rebaixamento da idade penal e os maus tratos infantis, assim como pela defesa dos direitos da criança e do adolescente consolidados pelo ECA.
2. Os Conselhos devem divulgar experiências bem sucedidas de implementação do ECA.
3. A questão da infância e da adolescência deve ser uma das prioridades nas linhas de atuação das Comissões de Direitos Humanos.
4. Estimular a produção e a publicação sobre experiências e práticas existentes de enfrentamento da criminalidade e da violência e que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes.
5. Encaminhar manifesto da categoria de repúdio à redução da idade penal.

6. Campanhas que estimulem a notificação dos profissionais e da sociedade dos casos de maus tratos contra a criança e o adolescente, estabelecendo dispositivos conjuntos para o acolhimento e acompanhamento dessa iniciativa, incluindo a divulgação, junto à categoria, dos mecanismos de proteção da criança e adolescente e famílias, e visitas aos órgãos que implementam as medidas sócio-educacionais.
 7. Divulgar o Plano Nacional e Estadual de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, junto à categoria.
 8. Perenizar as iniciativas voltadas à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- ◆ Fortalecer o vínculo da Psicologia com as questões sociais, os direitos humanos e a cidadania e o compromisso dos psicólogos na transformação da sociedade desigual e injusta na perspectiva de construção de uma sociedade democrática.

Encaminhamentos:

1. As Comissões de Direitos Humanos devem ser organismos permanentes e específicos dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, com garantias das condições necessárias para o seu funcionamento e intervenção que trabalhem de forma coordenada nacionalmente.
2. Contribuir e incentivar a construção de referências de estudos e práticas para a categoria que vinculem Psicologia, Direitos Humanos, cidadania e combate à violência.
3. Participar e fortalecer movimentos sociais e eventos que se comprometam com a promoção dos direitos humanos e a defesa da cidadania.
4. Pronunciar-se publicamente e incentivar a categoria e a sociedade a fazê-lo sempre que os direitos humanos forem violados e participar do movimento nacional da prevenção e combate à tortura.
5. Em parceria com as universidades e conselhos de direito, promover seminários e cursos de atualização voltados para a formação em direitos humanos e cidadania para os psicólogos.
6. Em parceria com as universidades e conselhos de direitos, participar de seminários, cursos de atualização para profissionais que trabalhem nas áreas correlatas aos direitos humanos. Em parceria com as universidades e conselhos de direito, promover seminários e cursos de atualização voltados para a formação em direitos humanos e cidadania para os psicólogos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS

Foram definidas diretrizes e encaminhamentos em relação a várias áreas:

POLÍTICAS PÚBLICAS SAÚDE

Encaminhamentos:

1. Promover debates com a categoria sobre o SUS, garantindo seu fortalecimento e conscientização dos(as) psicólogos(as) sobre sua importância.
2. Discutir qual a melhor forma de participação da categoria nos programas PSF e PACS, participando da discussão de diretrizes, inclusive legais, junto ao Ministério da Saúde e outros níveis de gestão.
3. Levar o tema da integralidade da atenção à saúde para ser discutido nos Conselhos Federais, Estaduais e Municipais de Saúde.
4. Acompanhar as ações de saúde mental desenvolvidas no SUS, garantindo a participação da categoria nas mesmas.
5. Promover encontros de psicólogos conselheiros de saúde em nível municipal, estadual e nacional em parceria com outras entidades da categoria (sindicatos, Federação, sociedades)
6. Incentivar as pesquisas e estudos que contribuam para a atuação do psicólogo na saúde pública de forma qualificada, propiciando uma assistência integral à saúde da população.
7. Constituir banco de dados referente ao mapeamento de órgãos, fóruns e programas de Políticas em Saúde Pública, existentes em âmbito nacional, regional e municipal, de projetos e trabalhos realizados pela categoria.
8. Participar, articulados com outras entidades, da discussão e construção de uma política de gestão do SUS.
9. Fomentar, instrumentalizar e acompanhar a participação dos psicólogos nos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde e em outros espaços políticos, assegurando sempre a escolha democrática desses representantes.
10. Desenvolver ações que visem a implantar e acompanhar os trabalhos das comissões de reforma psiquiátrica em todos os níveis (nacional, estadual e municipal).

11. Criar espaços e/ou apoiar iniciativas que visem à socialização e ao aprofundamento das propostas que vêm sendo implementadas na construção de um modelo de assistência que responda aos desafios colocados pelo movimento antimanicomial.
12. Desenvolver ações junto aos usuários do SUS e aos movimentos sociais, visando a subsidiá-los em suas ações e lutas por direitos sociais, mantendo posição ativa frente a fatos políticos.
13. Buscar ações efetivas para o fortalecimento no campo da formação em políticas públicas, por meio da integração com a ABEP e outras entidades de psicólogos, estudantes e professores de psicologia.
14. Promover a articulação das instituições de ensino superior, visando a uma melhor qualificação da atuação do psicólogo na construção de políticas em saúde pública que apontem para o fortalecimento da cidadania.

POLÍTICAS PÚBLICAS IDOSOS

Encaminhamentos:

1. Incentivar o debate sobre práticas na área geriátrica e gerontológica.
2. Incentivar a criação de ações de atenção na Saúde Pública para a terceira idade e a execução destas.
3. Os Conselhos de Psicologia devem elaborar com urgência os critérios referidos na Portaria 810 de 1989.
4. Articular junto às instituições de ensino superior a implementação da discussão do conteúdo de Psicogerontologia.
5. “Desmontar” a concepção política asilar segregadora e desumanizante e substituí-la por política promotora dos direitos sociais da terceira idade.

POLÍTICAS PÚBLICAS CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA

Encaminhamentos:

1. Articulação do CFP, CRP e subsedes com os Conselhos de Controle Social (CONDECA, CMDCA) para estimular a discussão sobre a rede de atendimento de qualidade com profissionais qualificados.
2. Criar espaços de discussão sobre a Psicologia, como campo de saber e práticas, e o psicólogo como trabalhador social e promotor de saúde da área de infância,

adolescência e família dentro do setor público, principalmente na área de assistência social.

3. Atuar efetivamente e apoiar ações na defesa dos direitos da população infanto-juvenil em situação de rua e explorada sexualmente, pois continua sendo a população mais vulnerável e com atendimento inadequado.
4. Incentivo à criação e/ou continuidade das comissões de criança e adolescente.
5. Garantir um espaço dentro dos conselhos de controle social através de entidades representativas da categoria.
6. Apoiar e promover políticas públicas de atenção à criança, ao adolescente e à família.
7. Rever as questões envolvidas com o sigilo profissional, adequando-as ao que já é previsto no ECA.
8. Apoiar e promover iniciativas criteriosas de colocação em famílias substitutas.
9. Apoio à implantação e fortalecimento de serviços de atendimento à população infanto-juvenil, levando-se em conta as questões de etnia e gênero, inclusive a discriminação historicamente presente neste assunto.
10. Ações de articulação, junto aos poderes públicos, para criação e funcionamento regular dos conselhos tutelares e de direitos.
11. Mobilizar e organizar junto à sociedade, Estado e categoria, campanha nacional pela não redução da idade penal.
12. Que o CRP incentive a efetiva participação do psicólogo nos Conselhos de Direitos, Saúde, Assistência Social, Tutelares e outros.
13. Que os CRPs reúnam os psicólogos que atuam na área de políticas de proteção à infância e juventude para troca de experiências e assessoria aos profissionais que venham a assumir ou tenham interesse nessas funções.
14. Enfatizar o desenvolvimento de políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, por caracterizar-se população histórica e conjunturalmente de maior vulnerabilidade à exclusão social.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCAÇÃO

Encaminhamentos:

1. Manutenção e ampliação da participação nos Fóruns Estadual e Nacional em Defesa da Escola Pública que se constituem atualmente na forma organizada de participação das entidades educacionais aliadas dos Conselhos oficiais.
2. Propor a construção dos Conselhos de Educação em todos os níveis com a participação da sociedade civil de forma paritária, trabalhadores e Governo, sendo os representantes escolhidos livremente por cada segmento.

POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTROLE SOCIAL

Encaminhamentos:

1. Que os Conselhos lutem mais amplamente pelo fortalecimento do controle social.
2. Que os Conselhos proporcionem encontros frequentes de qualificação dos psicólogos, com discussões de posições quanto às políticas públicas para efetivar e embasar as representações nos Conselhos de Controle Social.
3. Proporcionar encontros e parcerias com outras entidades representativas de categorias para fortalecimento das discussões de políticas sociais mais eficazes para a população.
4. Fazer campanhas de incentivo aos psicólogos para participarem de conselhos e fóruns de políticas públicas e de direitos.
5. Que os Conselhos atuem junto às agências formadoras, no sentido de incentivar a inclusão do estudo das práticas de políticas públicas nos currículos e incentivo à participação dos estudantes de psicologia nos órgãos de controle social.
6. Implementar ações para o fortalecimento do controle social, alinhados aos interesses da maioria da população, estimulando os psicólogos à participação nos Conselhos de Controle Social.
7. Ampliar mecanismos de democratização da informação das políticas públicas junto à sociedade.
8. Criar espaços de articulação de proposições e estratégias de implementação de políticas públicas que respondam à diversidade e às diferenças locais, em parceria com entidades e movimentos sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS

MULHER

Encaminhamentos:

1. Incentivar a criação e a implementação de espaço específico de atendimento psicológico à mulher vítima de agressão física e emocional.
2. Que o CFP e os CRPs façam gestão junto ao poder público para a implantação e a manutenção das casas-abrigos, dos serviços de atendimento às vítimas de violência e dos Conselhos de Direito da Mulher.

POLÍTICAS PÚBLICAS

SEGURANÇA PÚBLICA

Encaminhamentos:

1. Sugerir a reformulação dos currículos de formação policial, com inserção dos conteúdos de Psicologia, direitos humanos e outros.
2. Discutir nos Conselhos de Segurança Pública um novo perfil do policial, adequando a sua atuação a uma sociedade democrática de direito. A partir daí, sugerir os critérios de admissão policial.
3. Discutir a realização de avaliação psicológica na admissão e reavaliações/acompanhamento psicológico dos policiais.
4. Que o CFP e CRPs promovam uma ampla articulação e mobilização nacional visando a garantir a implantação de uma política pública de segurança de qualidade, aprofundando a contribuição que a psicologia pode ter nessa direção.
5. Que os Conselhos de Psicologia tenham assento nos Conselhos Gestores de Segurança Pública.
6. Que os Conselhos participem ativamente das discussões sobre a questão da segurança pública, junto com os demais setores da sociedade e promovam a integração dos psicólogos nesse debate.
7. Que os Conselhos de Psicologia criem um Fórum de discussão sobre as relações entre o exercício profissional do Psicólogo e as questões relativas à Segurança Pública no Brasil.
8. Apoiar a desmilitarização da polícia.
9. Apoiar a unificação da polícia.
10. Encontrar caminhos de controle social sobre a polícia, com fortalecimento das suas corregedorias e instalação de ouvidorias.

11. Participar das iniciativas voltadas às denúncias de abuso da polícia, como campanhas visando a erradicação de práticas como a tortura, organização de associações de vítimas da polícia, publicação de livros sobre morte por abuso das polícias, etc.

POLÍTICAS PÚBLICAS

REFORMA PSIQUIÁTRICA

Encaminhamentos:

Intensificar ações, em parceria com os movimentos sociais, pela defesa da reforma psiquiátrica e a implantação de rede de atenção ao sofrimento psíquico substitutiva aos manicômios.

POLÍTICAS PÚBLICAS

FORMAÇÃO E PAPEL SOCIAL DO PSICÓLOGO

Encaminhamentos:

1. Debater, com as instituições formadoras, sobre conteúdos e experiências pedagógicas que qualifiquem e preparem o psicólogo para atuar em serviços públicos.
2. Contribuir e participar da avaliação continuada das diretrizes curriculares da formação do psicólogo, articulando-as às condições e ao contexto social.
3. Criar estratégias de aproximação entre os psicólogos que atuam em setores de políticas públicas, como fóruns periódicos de debate setorial e eventos intersetoriais, para favorecer o debate crítico e a construção de projetos coletivos da Psicologia nos serviços públicos.
4. Contribuir para que o psicólogo se aproprie de seu papel como agente desse processo, oferecendo espaços de organização e discussão de suas práticas, integradas aos demais profissionais de políticas públicas.
5. Realizar estudo de estratégias para a definição do papel, competência profissional e condições de trabalho, em amplos debates setoriais das políticas públicas.
6. Priorizar pauta política de defesa do setor público, não apenas pontualmente, mas através de amplas discussões e campanhas com outros setores da sociedade civil.
7. Que recursos sejam publicamente definidos para metas publicamente contratadas.
8. Ampliar espaços de discussão no sentido de qualificar as discussões da categoria, para exercício de seu papel como trabalhador social nesses espaços.

CONSELHOS DE PSICOLOGIA

CONSELHOS DE PSICOLOGIA

DIVULGAÇÃO

- ◆ Os conselhos devem divulgar através dos meios de comunicação e vídeos institucionais a importância da Psicologia como instrumento de conquista da cidadania e contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento e serviços da psicologia

Encaminhamentos:

1. Promover um estudo do código de ética do psicólogo, mediante debate nacional com a categoria, para que possa se articular a convivência ética entre a Psicologia e os mecanismos de divulgação da profissão.
2. Ampliar e fortalecer a divulgação da Psicologia, inclusive em nível institucional, não apenas aos profissionais da área, mas ao público em geral, mostrando sua contribuição na busca da harmonia pessoal e coletiva, na saúde mental e na conquista da cidadania.
3. Divulgar amplamente as conclusões do IV CNP para as faculdades de Psicologia, entidades parceiras, entidades representativas da Psicologia e sociedade em geral.

- ◆ Devem receber solicitação de informações e denúncias em relação à Psicologia e aos psicólogos

Encaminhamentos:

1. Criar um Fórum de informações sobre o assunto a partir das COF's.
2. Divulgar os espaços de escuta do cidadão sobre o psicólogo.

CONSELHOS DE PSICOLOGIA

ÉTICA

- ◆ A ética deve ser um referencial básico na relação social e na construção da cidadania.

Encaminhamentos:

1. Criação de espaços de reflexão sobre ética e exercício profissional, em todas as etapas da formação.
2. Garantir a investigação científica sobre questões éticas relativas ao exercício profissional e sobre ética nas pesquisas psicológicas.
3. Promoção de ações relacionadas à ética no âmbito da formação (ensino de ética como tema transversal às disciplinas) e no âmbito da prática profissional (observância do COE).
4. Atuação sistemática dos Conselhos junto às instituições formadoras, atualizando e contextualizando exercício ético, promovendo pesquisas e debates a respeito.

5. Intensificar a atuação do Conselho junto às instituições formadoras para não apenas esclarecer aos formandos sua atuação, como também influenciar nas diretrizes curriculares, promovendo o intercâmbio IFES/CRP.
6. Incentivar a criação de comitês de ética em pesquisa nas universidades, instituições e serviços e buscar a aproximação com esses comitês para promover e incentivar o debate sobre questões éticas relevantes.
7. Encaminhar à ABEP proposta de reformulação do programa da disciplina de ética nos cursos de formação de psicólogo, assim como sobre o modo de inclusão desse tema na graduação, primando por uma formação pluralista, epistemológica e metodológica.
8. Articular o debate sobre a questão da ética com a ABEP, com instituições de ensino superior e outras entidades de caráter científico - profissional relacionadas com a Psicologia.
9. Discutir as pesquisas realizadas sobre ética relativas ao exercício profissional, nos Conselhos Regionais, promovendo debates internos acerca das mesmas.
10. Criação de um Fórum sobre ética.
11. Promover ampla discussão sobre a ética da psicologia e o código de ética profissional, envolvendo os psicólogos e outros profissionais com os quais trabalhamos e instituições sociais nas quais prestamos serviços.
12. Os Conselhos devem sempre se engajar e mesmo promover eventos e mobilizações públicas nas quais questões relativas à ética nas relações sociais sejam problematizadas, buscando contribuir para a efetivação de uma cultura democrática, exigindo o cumprimento da Constituição Federal.
13. Que os Conselhos intensifiquem os debates com a categoria sobre as questões relativas à ética profissional, organizando um amplo processo de discussões que possa resultar na reformulação do código de ética à luz dos novos instrumentos jurídicos produzidos pela Sociedade brasileira em defesa da cidadania. (ECA, Código de Defesa do Consumidor, Saúde Mental, etc...).
14. Construir procedimentos para agilizar os processos ético-disciplinares. (200)

**CONSELHOS DE PSICOLOGIA
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

- ◆ Aprovou-se como diretriz oferecer aos conselheiros, nos CRPS, quando se iniciam novas gestões, condições para apropriação das informações necessárias para o desempenho da função.

Encaminhamentos:

O CFP, ouvida a APAF, deve organizar programas de capacitação às novas direções, abordando aspectos administrativos, financeiros e jurídicos.

CONSELHOS DE PSICOLOGIA FISCALIZAÇÃO

- ◆ Busca-se uma política nacional de orientação e fiscalização, visando qualificação ética, no exercício profissional.

Encaminhamentos:

1. Realização de encontros sistemáticos das COF's, COE's e orientadores fiscais para a elaboração e a atualização de uma política nacional de orientação e fiscalização eficiente, bem como um programa de aperfeiçoamento do trabalho dos membros das comissões e dos fiscais.
 2. Incrementação da orientação dos Conselhos de Psicologia em campanhas de prevenção e identificação de condutas anti-éticas junto à categoria e à população.
 3. Elaborar publicação, tendo como fonte processos éticos anteriormente julgados, visando a subsidiar Conselheiros, profissionais e professores de ética no seu trabalho.
 4. Manutenção de um espaço permanente de debate sobre ética profissional nos Conselhos.
 5. Fomentar a criação de instância de participação dos usuários dos serviços psicológicos em fóruns de discussão sobre a ética e o exercício profissional.
- ◆ Destacou-se a questão da comunicação e a necessidade dos Conselhos contribuírem para o controle social e a discussão da responsabilidade social dos meios de comunicação.

Encaminhamentos:

1. Articulação do CFP com os outros Conselhos, das mais diversas profissões e interessados no assunto, de modo a aumentar a discussão e o poder de pressão nas ações subseqüentes.
2. Constituição de uma comissão de trabalho no Conselho Federal de Psicologia e nos Conselhos Regionais de Psicologia para tratar do assunto, que possa fazer os encaminhamentos e produzir as articulações necessárias.

3. Divulgar e estimular a produção de pesquisas que contribuam para a compreensão da relação entre os meios de comunicação e o modo de produção das subjetividades.
4. A categoria deve denunciar as formas de exploração do trabalho infantil na mídia (como forma de aumentar a audiência) e toda e qualquer forma de exposição excessiva da criança e do adolescente.

CONSELHOS DE PSICOLOGIA

PAPEL SOCIAL DOS CONSELHOS

- ◆ Os Conselhos ficam concebidos como órgãos mediadores entre a profissão do psicólogo e a sociedade e devem:

Encaminhamentos:

1. Assumir mais claramente a posição de mediadores, interferindo na definição de políticas que envolvam a Psicologia.
 2. Incrementar sua ação como regulamentadores da profissão, oferecendo referências para um exercício profissional de qualidade.
 3. Pautar sua ação de construtores de parâmetros por princípios democráticos, garantindo formas democráticas de consulta e participação na elaboração das normas, de forma a permitir o diálogo da diversidade existente na Psicologia e a construção de consensos que permitam a qualificação do exercício profissional.
 4. Fortalecer os trabalhos de orientação e fiscalização do exercício profissional com atenção para as condições de trabalho, os projetos e planos de trabalho e a qualificação dos profissionais.
 5. Estarem atentos e interferirem na definição da legislação e de políticas públicas que se relacionarem direta ou indiretamente com o exercício da Psicologia como profissão.
 6. Estimulem o fortalecimento de órgãos de controle social das políticas públicas.
 7. Estimulem e colaborem para organizar a orientação à população sobre os serviços em Psicologia.
- ◆ Busca-se fortalecer e potencializar um projeto nacional para a Psicologia no âmbito dos Conselhos Profissionais.

Encaminhamentos:

1. Os conselhos de psicologia devem fortalecer as instâncias de decisão (CNP e APAF) que possibilitem definir prioridades nacionais, apontando a realização de

eventos que permitam articulação nacional de projeto e troca de experiências entre os psicólogos das diversas regiões, permitindo a construção de projetos de Psicologia para a sociedade brasileira.

2. Fortalecer e Qualificar o espaço da APAF – Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras – como espaço de debate entre os representantes dos Conselhos Regionais e Federal, no sentido de construir políticas, de âmbito nacional, para interferir na Psicologia.
 3. Debater amplamente e de forma democrática em todo o país, as questões da profissão, construindo referências e parâmetros nacionais para a profissão.
 4. Dar continuidade à construção de referências nacionais que ofereçam à categoria uma identidade que contenha o compromisso com as necessidades da população e o compromisso de uma profissão exercida com ética e qualidade.
 5. Fortalecer o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia.
 6. Propor, realizar e apoiar eventos coletivos das diversas entidades da Psicologia.
 7. Incentivar espaços coletivos de debate e articulação entre as entidades da Psicologia em cada região.
 8. Fazer-se presente, apoiando a realização de eventos promovidos por outras entidades da Psicologia.
- ◆ Destaca-se nesse projeto a participação dos Conselhos na construção do II Fórum Social Mundial.

Encaminhamentos:

1. Divulgar o documento oficial através de jornais e revistas do CF e CR's para o conhecimento dos psicólogos.
 2. Incentivar mesas redondas e ciclo de debates sobre os temas do I Fórum Social Mundial.
 3. Participar ativamente da construção dos eventos preparatórios para o II Fórum Social Mundial.
- ◆ Enfatiza-se, no projeto, o compromisso dos psicólogos com as questões sociais postas na sociedade brasileira.

Encaminhamentos:

1. Incentivar eventos a exemplo da I Mostra de Práticas em Psicologia, centrados na identificação de novos modelos de atuação em Psicologia.
2. Incentivar os pesquisadores em Psicologia a estudar, sistematizar e avaliar as práticas concretas dos psicólogos.
3. Trabalhar junto à ABEP para:
 - a) aumentar o espaço da prática de intervenção social na formação do psicólogo.
 - b) caracterizar a clínica-escola como serviço de psicologia;
 - c) diversificar os campos de estágio.
4. Incentivar publicação de material sobre novos modelos de atuação em Psicologia relacionadas com os problemas sociais.
5. Apoiar a divulgação dessas práticas comprometidas com necessidades sociais, como por exemplo, por meio de parcerias com os canais de rádio e as TVs comunitárias e educativas.
6. Criar e alimentar base de dados na Internet sobre práticas profissionais.
7. Pesquisar e divulgar as fontes de recursos financeiros para os programas sociais, públicos e privados existentes e disponíveis.
8. Incentivar a qualificação profissional na busca e gestão dos recursos públicos e privados.
9. Incentivar a divulgação das práticas da psicologia exercidas pelos profissionais no âmbito nacional que enfrentem as questões sociais postas na sociedade brasileira.
10. Que os CRs atuem junto às Universidades no sentido de propor uma formação que vise a preparar o psicólogo para intervir na sociedade consciente do seu papel social.
11. Que os Conselhos de Psicologia estimulem a criação de fóruns permanentes de discussão acerca do papel social do psicólogo no enfrentamento dos problemas da realidade brasileira.
12. Fazer gestões junto à ABEP para que os currículos de formação dos psicólogos tenham espaço para conhecimento e discussão sobre a realidade brasileira, bem como incentivo ao envolvimento em projetos de intervenção social.
13. Apoiar e incentivar a produção de material didático relativo à participação de psicólogos em intervenções sociais.

14. Promover eventos que identifiquem e divulguem práticas em psicologia comprometidas com a mudança da realidade brasileira.
15. Promover o debate sobre os problemas sociais brasileiros e latino-americanos, com ênfase no amadurecimento de uma visão mais adequada dos processos de construção da nação brasileira e da realidade de vida da população.

CONSELHOS DE PSICOLOGIA PROJETO HISTÓRIA

- ◆ Busca-se desenvolver, apoiar e incentivar iniciativas relacionadas ao resgate da História da Psicologia no Brasil como ciência e profissão.

Encaminhamentos:

1. Manter a construção e o fortalecimento da Biblioteca Virtual da Psicologia, com diretórios de referência profissional e científica.
2. Manter o projeto Memória da Psicologia Brasileira, com iniciativas voltadas à produção de banco de imagens sobre atores da Psicologia brasileira, vídeos, artigos e livros sobre os mesmos.
3. Incrementar iniciativas voltadas à produção e difusão da História da Psicologia no Brasil, buscando ultrapassar os limites da produção de registro histórico.
4. Criar instrumentos de referência específicos sobre a prática profissional, tais como bases de dados semelhantes àquela da Mostra, colaborando com a construção da identidade da psicologia brasileira.
5. Coordenar projetos de pesquisa que gerem produtos:
 - a) Linha do tempo da Psicologia no Brasil.
 - b) Linha do tempo da Psicologia nos diversos estados brasileiros.
 - c) Vídeos temáticos.
 - d) cd-rom

CONSELHOS DE PSICOLOGIA ESPECIALISTAS

- ◆ Aliou-se esse aspecto à formação do psicólogo e ao registro de especialistas, destacando:

Encaminhamentos:

1. Atuar sobre as decisões relativas às aberturas de novos cursos.
2. Combater, com movimento amplo na categoria, as atuais diretrizes curriculares propostas pelo MEC.

3. Exigir a destituição da comissão de especialistas de ensino de psicologia SESu/MEC, devido à sua ilegitimidade.
4. Acompanhar o registro de especialistas, realizando um amplo estudo sobre as especialidades em psicologia junto à categoria e mercado de trabalho, visando a avaliar a necessidade do registro de especialista no exercício profissional.
5. Abertura imediata de fórum de discussão sobre a constituição das especialidades (mercado, processo formativo, necessidades da população, acesso da população aos serviços psicológicos, organização político-institucional da categoria) e o processo de registro de especialistas em nível municipal, estadual e nacional, buscando garantir formas democráticas e amplas de consultas e decisão, que culminem no V Congresso Nacional da Psicologia.
6. Pesquisa nacional sobre a inserção do psicólogo no mercado de trabalho.
7. Manter aberto o debate e a apreciação para a revisão crítica das definições, nomeação e conceituação das áreas de especialização contempladas pela Resolução CFP Nº 02/2001, aproveitando inclusive os resultados do estudo indicado nos itens 4, 5 e 6.
8. Que o CFP encaminhe à ABEP proposta de atuação junto às instituições públicas de ensino, no sentido de ampliar a oferta de cursos de especialização em Psicologia.

CONSELHOS DE PSICOLOGIA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUCIONAIS

- ◆ Busca-se fomentar a construção de um pólo internacional que se disponha a pensar a ciência e a profissão de forma crítica e voltada para o compromisso social.

Encaminhamentos:

1. Formar coletivos permanentes no CFP e nos sistemas conselhos visando os contatos internacionais (corpo diplomático).
2. Investir na consolidação das relações com o México e com os países do Mercosul.
3. Aprofundar essa tendência com a inclusão de membros do Fórum de Entidades no Corpo Diplomático.
4. Formar um coletivo de relações internacionais com os países de língua portuguesa, particularmente com os países africanos.

5. Buscar interlocução com parceiros dessa política de compromisso social em países do primeiro mundo.
6. Incentivar os convênios universitários e as pesquisas interinstitucionais entre os países contatados.
7. Buscar a criação da rede latino-americana de Psicologia – a ULAPSI.
8. Fortalecer a articulação latino-americana já existente.
9. Apoiar e fortalecer a revista da articulação latino-americana já criada.
10. Estruturar um banco de dados de pesquisas e ações de extensão e práticas sociais, construindo áreas temáticas, a fim de subsidiar o intercâmbio estadual, regional, nacional e internacional.
11. Realizar um fórum estadual, ou regional, de pesquisa, extensão e práticas sociais.
12. Articular e apoiar a divulgação e o intercâmbio de uma psicologia com compromisso social com os países de língua portuguesa e ressaltando a urgência do compromisso com os países africanos.
13. Participar ativamente na construção dos eventos preparatórios para o II Fórum Social Mundial.
14. Divulgar o documento oficial do Fórum Social Mundial através de jornais e revistas do CFP e CRs para o conhecimento dos psicólogos.
15. Incentivar mesas redondas e ciclo de debates sobre os temas do I Fórum Social Mundial.
16. Que o sistema conselhos consolide a elaboração de um portal web para psicologia latino americana.
17. Os Conselhos de Psicologia buscarão fazer repercutir as políticas voltadas à promoção do compromisso social da Psicologia nos países latino americanos.
18. Apoiar movimentos internacionais plurais que apontem para o fortalecimento do compromisso social.

FORMAÇÃO

FORMAÇÃO

- ◆ Busca-se contribuir para a qualificação da formação em Psicologia , capacitando o profissional para o enfrentamento das necessidades sociais.

Encaminhamentos:

1. Sistema Conselho, juntamente com a ABEP, deve promover a discussão de propostas curriculares que contemplem a preocupação em ampliar o entendimento da Psicologia e suas áreas de atuação, a partir da contribuição das ciências humanas e sociais e da filosofia.
2. Sistema Conselho, juntamente com a ABEP, deve estimular fóruns de debates periódicos nos quais se discutam os múltiplos fatores políticos e sociais que contribuem para a transformação da sociedade.

- ◆ Busca-se garantir a formação generalista.

Encaminhamentos:

1. Que os Conselhos de Psicologia combatam, com movimento amplo, quaisquer diretrizes curriculares que possibilitem a especialização na graduação.
2. Que os Conselhos de Psicologia promovam ações políticas, em parceria com as demais entidades de Psicologia, para a manutenção e aprimoramento da formação generalista na graduação.
3. Que o Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia exija do MEC a abertura de audiência pública para discussão das diretrizes curriculares.

- ◆ Destacam-se como aspectos importantes na busca da qualificação da formação:

1 - A avaliação dos cursos

Encaminhamentos:

1. Que os Conselhos de Psicologia e o Fórum de Entidades se posicione contra o Exame Nacional de Cursos de Psicologia.
2. Fortalecer o Fórum de Entidades na construção e implantação de uma proposta de avaliação institucional alternativa de acordo com parâmetros colocados pelas entidades, por meio de ampla participação e de forma transparente.
3. Que os Conselhos de Psicologia e o Fórum de Entidades façam gestões junto ao Governo Federal (MEC) para acompanhar e estimular entidades formadoras (universidades, centros de pesquisas) a desenvolver a melhoria da qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação.

2 - As diretrizes curriculares

Encaminhamentos:

1. Os Conselhos de Psicologia devem propor à ABEP a realização nas IES, em parceria com a ABEP, de debates acerca da implantação das diretrizes curriculares dos cursos de Psicologia; exigir audiência pública na votação das diretrizes curriculares.
2. Os Conselhos de Psicologia devem propor, em parceria com centros formadores e outras entidades da Psicologia, pesquisa acerca do exercício profissional.
3. Os Conselhos de Psicologia, em parceria com o Fórum de Entidades, devem realizar campanhas de esclarecimento junto aos serviços públicos e comunidade em geral acerca das atribuições da profissão de psicólogo.
4. Os Conselhos de Psicologia devem manter os psicólogos permanentemente informados sobre os avanços da legislação, promovendo discussões acerca do exercício profissional.

3 - A adequação dos estágios à realização brasileira e às políticas públicas.

Encaminhamentos:

1. Organizar fórum de debates sobre a discussão política da Psicologia, entendendo a ação política como a promoção e manutenção da saúde e conquista da cidadania.
2. Que Os Conselhos de Psicologia proponham à ABEP que desenvolva atividades conjuntas visando a avaliar a qualidade dos estágios supervisionados.
3. Discutir com as entidades formadoras programas de incentivo à capacitação dos profissionais em Psicologia, incluindo a discussão sobre atualização em políticas públicas.
4. Propor a ampliação e qualificação dos campos de estágio considerando as demandas sociais.
5. Propor à ABEP, em conjunto com as Entidades Estudantis da Psicologia, que estimulem a criação de espaços de discussão a fim de identificar novas realidades, reinventando e debatendo modos de trabalho e focalizando as necessidades da realidade social.
6. Organizar fórum de debates, em parceria com agências formadoras, sobre as características e repercussões sociais e profissionais dos serviços prestados pelos SPA's e clínicas escolas e suas articulações com políticas públicas.

7. Estimular a produção e publicação de experiências já existentes relativas a novas práticas, decorrentes da maior inserção dos psicólogos no âmbito das políticas públicas.
8. Propor à ABEP debater com as instituições formadoras sobre conteúdos e experiências pedagógicas que qualifiquem e preparem o psicólogo para atuar em serviços públicos.
9. Contribuir e participar da avaliação continuada das diretrizes curriculares da formação do psicólogo, articulando-se às condições e ao contexto social.
10. Propor à ABEP a introdução do estudo das políticas públicas como uma tendência necessária para a qualificação da formação e intervenção profissional.
11. Promover o intercâmbio com os países do continente latino-americano buscando um modelo de política mais adequado ao continente.

4 - A abertura de cursos.

Encaminhamentos:

1. Propor à ABEP que organize campanha de sensibilização para a questão junto à categoria, IES e sociedade civil.
2. Propor à ABEP que realize um estudo sobre o “estado da arte” dos cursos de Psicologia no país.
3. Organizar um fórum com a seguinte pauta: análise da atual situação do ensino público e privado na área da Psicologia; indicação de princípios, diretrizes e critérios para a autorização e aprovação de novos cursos; discutir e promover mecanismos institucionais para encaminhamento das resoluções do fórum junto às IES e ao MEC.
4. Fortalecer as lutas do Fórum de Entidades representativas de Psicologia em prol do ensino público gratuito e de qualidade

◆ Em relação à ABEP.

Encaminhamentos:

1. Que os Conselhos de Psicologia estimulem a constituição de núcleos regionais da ABEP (estado ou região) que facilitem a articulação.

2. Que os Conselhos de Psicologia coloquem, se necessário e quando possível, as dependências e parte da estrutura administrativa dos Conselhos Regionais de Psicologia para as primeiras articulações dos núcleos.

MOÇÕES

MOÇÕES

1. Moção pela Descentralização/Interiorização da Psicologia.
2. Moção Contra a Redução da Idade Penal.
3. Moção de Respeito às Tradições Culturais CNP nunca mais no São João.
4. Moção de Apoio À III Conferência Nacional de Saúde Mental.
5. Moção de Repúdio À Nomeação Antidemocrática da Direção Geral do CEFET-BA.
6. Moção de Apoio À Inclusão dos Psicólogos na Ficha Cadastral de Terceiros do SIH/SUS.
7. Moção de Repúdio À Diretoria do Sindicato dos Psicólogos de Alagoas.
8. Moção de Repúdio à Absolvição do Autor Intelectual do crime de Margarida Maria Alves.
9. Moção de Apoio.
10. Moção de Repúdio pela permanência da situação que caracteriza o exame de Avaliação Psicológica de motoristas exigindo interferência do CONTRAN e Ministério da Justiça.